



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO Nº D. O. U.
C	De 08/06/95
C	Rubrica

Processo n.º 10725.002011/92-77

Sessão de : 24 de agosto de 1994

Acórdão n.º 203-01.661

Recurso n.º: 93.807

Recorrente : RONALD LUIZ DAMAS MOREIRA DE SÁ

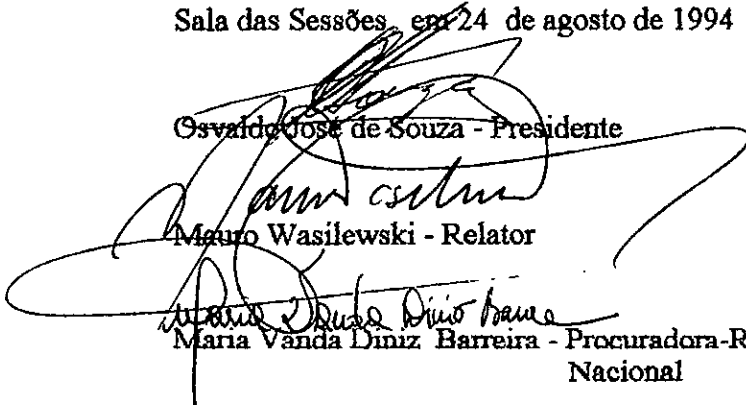
Recorrida : DRF em Campos dos Goitacazes - RJ

**ITR - LANÇAMENTO INCORRETO, CORRIGIDO PELA DECISÃO SINGULAR - INSUBSISTENTE A EXIGÊNCIA DE JUROS E MULTA DE MORA - Incabe a exigência de juros e multa de mora, relativamente aos novos valores estabelecidos na decisão singular, quando, por erro do Fisco, restarem incorretos os valores do imposto contidos no lançamento original. Todavia, procedente a atualização monetária. Recurso provido em parte.**

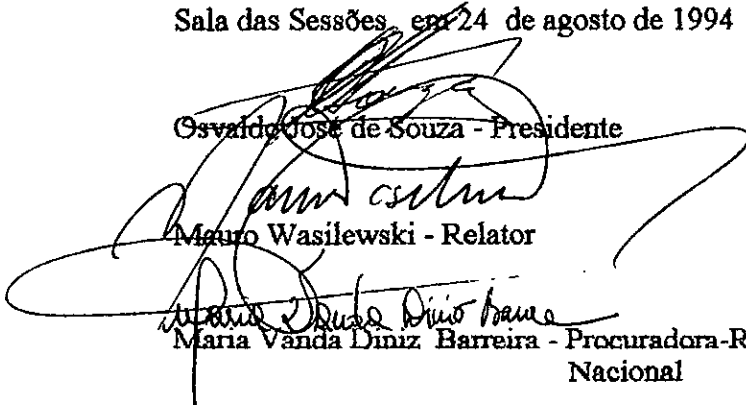
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por RONALD LUIZ DAMAS MOREIRA DE SÁ.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Sérgio Afanasiéff e Celso Angelo Lisboa Gallucci. Ausente o Conselheiro Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1994

  
Osvaldo José de Souza - Presidente

  
Mauro Wasilewski - Relator

  
Maria Vanda Diniz Barreira - Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 26 JAN 1995

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Thereza Vasconcellos de Almeida e Tiberany Ferraz dos Santos.

fc/b/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo n.º** 10725.002011/92-77

**Recurso n.º** 93.807

**Acórdão n.º** 203-01.661

**Recorrente** : RONALD LUIZ DAMAS MOREIRA DE SÁ

### RELATÓRIO

Conforme Notificação de fls. 02, exige-se do Contribuinte acima identificado o recolhimento de Cr\$ 50.299.957,00, a título de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, Taxa de Serviços Cadastrais, Contribuições Parafiscal e Sindical, CNA e CONTAG, correspondentes ao exercício de 1992, do imóvel de sua propriedade denominado "Perola do Corrientes", cadastrado na Receita Federal sob o n.º 0183057-0, localizado no Município de São João da Barra - RJ.

Inconformado com a exigência constante do mencionado documento de fls. 02, o Notificado procedeu à Impugnação de fls. 01, alegando que a área total do imóvel, considerada para lançamento do ITR/1992, não corresponde à área que efetivamente o imóvel supramencionado possui. Para comprovar suas alegações, anexa, às fls. 04 e 05, cópias xerográficas da Escritura do Imóvel e da Declaração Anual de Informação correspondentes ao ITR do exercício de 1992.

A autoridade julgadora de primeira instância, a fls. 09/10, considerando comprovado pelo Contribuinte que o imposto ora exigido teve por base uma área maior do que a área que o imóvel efetivamente possui, decidiu julgar parcialmente procedente a Notificação de fls. 02, declarando devido o ITR/1992 e valores, recalculados, referentes à Taxa de Serviços Cadastrais e demais contribuições especificadas a fls. 09, no montante de Cr\$ 5.512.255,00, que deverá ser atualizado monetariamente, convertido em UFIR, conforme prevê o artigo 54 da Lei n.º 8.383/91, acrescendo-se de multa, juros de mora e demais encargos legais cabíveis na forma da legislação de regência.

Inconformado, o Contribuinte recorre, tempestivamente, a este Conselho, fls. 12/13, requerendo o cancelamento do lançamento consubstanciado na Notificação de fls. 02, por conter erro na sua base de cálculo, para que seja efetuado novo lançamento, reabrindo-se o prazo inicial para pagamento.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n.º: 10725.002011/92-77

Acórdão n.º: 203-01.661

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI

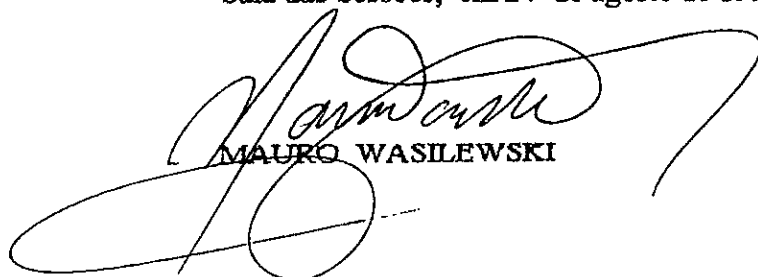
A julgadora singular acolheu a impugnação do Contribuinte, no sentido de que a Notificação ITR/92 (fls. 02) é incorreta, em face da área ser menor do que a considerada no lançamento.

A peça recursal, todavia, discorda do fato de constar na decisão que o novo valor do tributo, estabelecido nesta, seja acrescido de "juros, multa e correção monetária".

Tem razão parcial o Recorrente, eis que não lhe cabe penalidade ou o ônus da mora, posto tratar-se de equívoco do Fisco na elaboração do lançamento. Por outro lado, a transformação do valor do imposto em UFIR não caracteriza penalidade, mas, apenas, a atualização monetária do valor original efetivamente devido.

Diante do exposto, conheço do recurso e lhe dou provimento parcial no sentido de que o imposto constante da decisão singular seja convertido em UFIR, com vistas a atualização monetária, mas que, caso o recolhimento ocorra dentro do prazo a ser estabelecido na intimação desta decisão, não lhe sejam cobrados juros e/ou multa.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1994



MAURO WASILEWSKI